

INFORMATIVO ONLINE APUR

Nº 50 - Cruz das Almas (BA) - 08 de Setembro de 2016 - www.apur.org.br

REUNIÕES NOS CENTROS



APUR

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DO RECÔNCAVO



PAUTA:

- 1. Situação Política e Cortes de verbas na UFRB.**
- 2. PL 257/16 e PEC 241.**
- 3. Condições de trabalho e pauta local dos centros.**

GOLPE DE ESTADO AFETA DIRETAMENTE A VIDA DOS PROFESSORES E A QUALIDADE DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA



O golpe de estado aplicado ao Brasil afetará profundamente a vida profissional e acadêmica, precarizando ainda mais as condições de trabalho dos professores e professoras de ensino superior. Apesar de não ter sido provado com consistência que houve crime de responsabilidade, conforme a tese de acusação, a presidente Dilma Rousseff foi afastada definitivamente da presidência pelo Senado Federal, nessa quarta-feira (31). Uma data que ficará marcada na história de nosso país, pois foi o crítico dia em que a construção democrática recente na história do país sofreu mais um golpe. Desta vez, um golpe patrocinado pelo Congresso e Senado. A nova conjuntura afeta a vida de todos trabalhadores e trabalhadoras, incidindo duramente sobre a universidade pública.

Se o governo interino de Michel Temer já nos trazia grandes preocupações, agora, com a “legitimidade” do cargo, não temos dúvidas de que viveremos dias difíceis, além de todos os questionamentos que se possa fazer do uso das leis a partir de interesses puramente privados. Prova disso é a notícia divulgada pelo Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle, portal do Ministério da Educação (MEC) que trata do orçamento, que previu um corte de 45% dos recursos para investimentos nas universidades públicas federais no ano que vem. No que se refere ao montante estimado para custeio, a previsão é de que haja uma queda de mais ou menos 18%.

A previsão é a que em nossa universidade, por exemplo, o orçamento apresente uma redução de 19,5% do custeio, 49,7% do investimento, o que resulta em 29,3% no total. Uma notícia preocupante, pois a UFRB ainda somará a esse corte aos que já vinham ocorrendo desde 2015.

Outra má notícia para a educação ficou por conta do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que cortou 20% das bolsas de iniciação científica. As bolsas cortadas eram destinadas a alunos de graduação e do ensino médio. O corte só foi percebido quando foram publicados os resultados das chamadas para o biênio 2016-2018.

O corte ocorreu em todo país, sendo que quatro programas foram afetados: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), Programa de Iniciação Científica para o Ensino Médio (PIBIC-EM), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) e o Programa Institucional de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas (PIBIC-Af). No total, esses programas vão ofertar 26.169

bolsas nos próximos dois anos - 20% a menos do que no período anterior. Vale lembrar que em abril o CNPq já havia suspenso a concessão de bolsas de pós-graduação no exterior.

Lembremos ainda que, na madrugada do dia 10 de agosto, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei Complementar 257/16, que diz respeito às negociações das dívidas dos estados e do Distrito Federal com a União, que estende o pagamento por até 20 anos. O PL 257/16 foi aprovado por 282 votos a favor, 140 contra e duas abstenções. Caso o PL 257/16 seja aprovado (o que é provável diante de um governo golpista como o de Michel Temer), trará efeitos devastadores para o funcionalismo público como: o fim de concursos públicos, congelamento de salários, ampliação da terceirização e precarização dos serviços. Além disso, o PL ainda promove o desmonte dos serviços públicos, chegando a alterar 38 itens da Lei de Responsabilidade Fiscal em prejuízo dos entes federativos, por meio da redução do limite prudencial. Os sindicalistas acreditam ser esta uma proposta nociva de privatização do Estado brasileiro.

Não bastassem os problemas que enfrentaremos com o PL257, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados debateu e aprovou, por 33 votos a 18, a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição 241/2016. A PEC 241/16 determina um novo teto para o gasto público, que terá como limite a despesa do ano anterior corrigida pela inflação. A proposta é que a PEC congele gastos públicos por 20 anos, o que pode ocasionar o sucateamento da saúde, da educação e da Previdência Social.

A PEC 241 será seguida de outras medidas de ajuste, que serão adotadas em nível infraconstitucional. As que já estão colocadas são: 1) a dispensa de servidor por insuficiência de desempenho, 2) mudanças nos critérios de progressão e promoção de servidores, 3) restrições na concessão de pensões, nas aposentadorias por invalidez e no auxílio-doença, e 4) novo arrocho na concessão do abono do PIS/Pasep e do seguro-desemprego.

Nota-se, dessa forma, que o principal alvo da PEC 241/16 são os servidores públicos. Pelo menos quatro pontos previstos na PEC dizem respeito ao gasto com pessoal, mediante a proibição de qualquer medida que amplie a despesa, como: 1) de reajuste salarial; 2) de criação de novos cargos ou funções; 3) de reestruturação de carreira; e 4) realização de concursos públicos.

Como podemos observar, o “novo” governo já tem mostrado para o que veio, aplicar duros golpes à cidadania e aos direitos dos brasileiros e brasileiras. É importante que tenhamos em mente que a consumação do golpe não é uma simples troca de governo, mas sim uma ação que lesou a população brasileira, tirando de suas mãos o direito de decidir o futuro do país para colocar a decisão nas mãos de uma parcela da classe política, do judiciário e da imprensa corrupta.

Mas cabe a nós, classe trabalhadora, decidirmos se vamos nos comportar como derrotados chorosos, ou se vamos enfrentar esse governo golpista, lutando por nossos direitos. Que possamos decidir pela resistência, que juntos enfrentemos os inimigos da pátria.

Diretoria da APUR!

ANDES-SN- FORA TEMER! CONTRA O AJUSTE FISCAL E A RETIRADA DE DIREITOS! RUMO À GREVE GERAL!

A Diretoria do ANDES-SN manifesta veemente repúdio ao governo ilegítimo de Michel Temer. Comungando com a indignação de amplos setores da sociedade brasileira e, particularmente, dos/as docentes das instituições de ensino superior, básico, técnico e tecnológico, a diretoria convoca suas seções sindicais e todos(as) os(as) seus(suas) sindicalizados(as) para uma vigorosa e urgente reação organizada contra este governo e a agenda regressiva que ele expandiu, aprofundou e acelerou.

O conservadorismo de setores da sociedade brasileira, o fortalecimento das frações mais reacionárias da burguesia e a política de conciliação de classes implementada no País durante mais de uma década, contribuíram para criar as condições de instauração deste governo ilegítimo, ainda mais autoritário e truculento, que, em pouco tempo, imprimiu nova dinâmica ao ajuste fiscal – que penaliza a classe trabalhadora para salvaguardar os interesses dos credores da dívida pública – e aprofundou os ataques aos direitos sociais e trabalhistas.

O grave retrocesso econômico, político e social comandado pela nefasta articulação do poder executivo com o Congresso Nacional, entidades patronais, poder judiciário e mídias corporativas materializa-se, por exemplo, nos drásticos contingenciamentos orçamentários, na ampliação da Desvinculação das Receitas da União (DRU), na venda do patrimônio público, na generalização das Organizações Sociais (OS), na aprovação do PLP 257/16 (de iniciativa do governo anterior) e no novo regime fiscal propugnado pela PEC 241/16. Estes instrumentos, em trâmite no Congresso Nacional, objetivam reduzir os investimentos estatais e o financiamento de políticas sociais, atingindo o serviço público e os(as) trabalhadores(as). Propõem medidas como o congelamento de salários, progressões e promoções de servidores/as, a implementação de programas de demissão voluntária e proibição de concursos se os gastos do ente federado ultrapassar os estreitos limites de “responsabilidade fiscal” estabelecidos.

Além desses instrumentos, o governo ilegítimo já anunciou uma nova reforma da previdência que, dentre outros aspectos, pretende elevar a idade para aposentadoria, que passaria ser a mesma para homens e mulheres, além de propugnar o aumento das alíquotas contributivas. Em seu discurso de posse, Michel Temer defendeu a reforma trabalhista, sinalizando o desmantelamento da CLT pela instituição da prevalência donegociado sobre o legislado, ameaçando direitos conquistados à custa de lutas históricas dos trabalhadores, como o 13º salário e as férias remuneradas.

Nos últimos dois anos, os cortes na educação ultrapassaram 13 bilhões de reais e novas reduções são previstas para 2017, tudo feito para beneficiar os credores da dívida pública. O impacto nas universidades e institutos federais poderá levar algumas dessas instituições ao colapso por impossibilidade de honrar seus compromissos financeiros. As agências de fomento realizaram cortes de bolsas e outros auxílios como os destinados aos programas de pós-graduação, ao PIBID, ao PIBIC, ao PIBIT e Editais, ocorrendo o mesmo em escala estadual e municipal. Isto indica que um projeto democrático de educação está cada vez mais longe, pois as medidas privatizantes e reacionárias, a exemplo do projeto Escola Sem Partido, estão sendo propostas e algumas já implementadas de maneira célere.



Estes ataques às conquistas democráticas e aos direitos sociais e trabalhistas desencadearam mobilizações e manifestações, que se juntaram a greves setoriais em todo o Brasil, diante das quais os setores dominantes e os governos têm lançado mão da violenta repressão com prisões e perseguições de lideranças sindicais e populares.

A diretoria do Andes-SN, coerente com a consigna aprovada no 61º CONAD – FORA TEMER, contra o ajuste fiscal e retirada dos direitos das trabalhadoras e trabalhadores e cortes nas políticas sociais; pela auditoria da dívida pública; contra a política de conciliação de classe; rumo à greve geral – solidariza-se com os movimentos e pessoas vítimas do terrorismo de Estado e reafirma o histórico princípio do Sindicato de lutar pela democratização da sociedade, pelos direitos sociais e trabalhistas, pela universidade pública, gratuita, laica e de qualidade.

Por fim, a Diretoria nacional, por compreender que os/as docentes das instituições de ensino superior, básico, técnico e tecnológico têm papel fundamental na construção da resistência e na consolidação de uma ampla unidade com os demais segmentos da comunidade universitária e com outros setores da classe em luta contra os ataques em curso, convoca as Seções Sindicais e seus/suas filiados/as para participarem das mobilizações e manifestações promovidas em seus estados, municípios e locais de trabalho e a integrarem as caravanas para a Jornada de Luta que ocorrerá em Brasília, nos dias 12, 13 e 14 de setembro, promovendo atos nos estados no dia 15 com todas as categorias em luta. Esta agenda de mobilizações tem o propósito de articular, com os diversos movimentos e greves setoriais em curso, a construção da GREVE GERAL. DIRETORIA DO ANDES-SN

VEZ DO CAMPO! MOVIMENTOS OCUPAM MINISTÉRIO PARA FREAR GOLPE

Organizações como Contag, Fetraf e MST permanecerão no Planejamento e no Incra até o Grito dos Excluídos para cobrar continuidade de políticas

Luiz Carvalho - CUT



Em ao menos seis capitais, milhares de pessoas saíram às ruas em defesa da democracia no último domingo (4) e para protestar contra a violência que a polícia militar adotou em todo país durante as manifestações contra o golpe costurado por Michel Temer e comparsas.

Na madrugada desta segunda (5), foi a vez de organizações camponesas ocuparem com cerca de três mil pessoas o Ministério do Planejamento e a sede nacional do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), também no Distrito Federal, onde constroem um acampamento.

As manifestações fazem parte da Jornada de Lutas Unitária dos Trabalhadores e Povos do Campo, das Águas e das Flores e é organizada por entidades como a Contag (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura), Fetraf (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar), MST (Movimentos dos Trabalhadores Rurais sem Terra) e MAB (Movimentos dos Atingidos por Barragens).

As mobilizações e o acampamento prosseguem até o dia 7 de setembro, quando acontece o Grito dos Excluídos.

A pauta é extensa em reivindicações, mas, primeiramente, Fora Temer, conforme explica o coordenador-geral da Fetraf, Marcos Rochinski.

“Esse governo não tem legitimidade, que não foi eleito democraticamente, então, o

primeiro mote é Fora Temer. Mas, como jornada, levantamento também pautas que estão estabelecidas no Congresso Nacional e tem apoio do Temer. Está em risco a soberania nacional com a revogação da lei que impedia a venda sem limites para estrangeiros, com a entrega dos minérios e do petróleo às transnacionais”, explica.

Ainda sobre a questão agrária, ele destaca que os movimentos cobram a volta do Ministério do Desenvolvimento Agrário, fundamental para o diálogo com os movimentos e para a construção de políticas públicas que assentem e ofereçam estrutura de produção às mais de 120 mil famílias acampadas em todo o país.

Neste momento, os trabalhadores aguardam uma resposta do governo, que resolveu endurecer as negociações, explicou o vice-presidente da Contag, William Clementino.

“O governo havia sinalizado com uma possível reunião com o ministro, mas, agora, voltou atrás e disse que teríamos de dialogar com o secretário Executivo do Planejamento que não tem poder político de encaminhar nada. Temos uma liminar de despejo, mas vamos lutar para que não seja cumprida, porque queremos falar com ao menos dois ministros, do Planejamento e Casa Civil, para que possamos discutir nossos direitos. É o futuro do campo que está em jogo”, disse.

Em manifesto, os movimentos populares do campo apontam ainda que não aceitam a ideia de uma reforma da Previdência nos moldes propostas pela equipe de Temer e que afeta principalmente quem trabalha no campo e começa a vida profissional mais cedo e em condições mais difíceis.

Disponível em: <http://www.cut.org.br/noticias/vez-do-campo-movimentos-ocupam-ministerio-para-frear-golpe-b359/>

Reencôncavo Saúde e Semana Acadêmica 2016.1: CCS 10 anos



UF^B Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

#ASCOMCCS

Entre os dias 05 a 10 de setembro de 2016, o Centro de Ciências da Saúde (CCS) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), campus Santo Antônio de Jesus, estará promovendo o evento Reencôncavo Saúde e Semana Acadêmica 2016.1. O evento faz parte do calendário acadêmico da UFRB, e tem como finalidade promover a recepção e o acolhimento de toda a comunidade acadêmica (discentes calouros e veteranos, servidores docentes e técnicos) no início do novo semestre letivo.

Na oportunidade, também estará dando início às comemorações dos 10 anos do Centro de Ciências da Saúde (CCS). Desde já, a Associação dos Professores Universitários do Recôncavo (APUR) parabeniza o CCS por seus 10 anos, e se coloca à disposição para contribuir com as lutas que o centro certamente travará para conseguir chegar ainda mais longe.

O GOLPE E OS CORTES NO ORÇAMENTO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

Mobilizar a comunidade universitária e o povo do Recôncavo para a defesa da UFRB

Antonio Eduardo Alves Oliveira presidente da APUR

Na UFRB, os cortes são ainda maiores dos que estão sendo anunciados pela imprensa (senão houver reversão a estimativa são cortes da ordem de 49% no investimento e 20% no custeio). O detalhamento apresentado hoje pela reitoria para a APUR e a ASSUFBA foi antes exposto para os diretores e gestores e será divulgado para toda a comunidade no dia 29/8 no Consuni. Apresento neste texto uma análise preliminar, discorrendo sobre alguns elementos. Considero prudente esperar a divulgação pública dos dados para uma apreciação mais detalhada. De qualquer forma, a APUR considerou importante a posição da reitoria da UFRB em convocar as representações das categorias para expor os problemas relativos aos cortes de verbas.

Informo, ainda que para uma posição oficial da APUR enquanto entidade representativa dos docentes será feita somente após um percurso de consulta pública dos filiados, aberta também aos não filiados para posterior deliberação coletiva nas instâncias deliberativas da entidade sobre quais os encaminhamentos a serem tomados diante da gravidade da situação do país e da UFRB. No dia 30 de agosto acontecerá reunião extraordinária da diretoria da APUR, para uma avaliação política da conjuntura política, bem como um estudo detalhado da previsão orçamentária da UFRB para 2017, posteriormente no início do semestre acontecerão reuniões sindicais em todos os centros da UFRB e posteriormente uma assembleia geral e finalmente a participação em reunião nacional do Andes para expor nacionalmente as posições da base da APUR. Estão sendo articuladas várias ações conjuntas com a Assufba, como a realização de atividades e uma plenária unitária entre os docentes e servidores técnicos administrativos para organizar a mobilização (aberta também as entidades estudantis e organizações populares).

Cenário de desmantelamento das universidades públicas

A LDO aprovada ontem (23/8) estabelece os parâmetros de um profundo ataque a educação, saúde e políticas sociais quando estabelece limites para gastos, o que inviabiliza o serviço público. Somando-se a isso, a aprovação da PL 257 no congresso e a tramitação da PEC 241 representam o desmonte do serviço público, com congelamento de investimento e salários, proibição de concurso público, entre outras medidas. A política estabelecida pela LOA para 2017, expresso nos cortes da base orçamentária da UFRB representam uma clara política de desmantelamento da instituição. Prever-se uma quebra no orçamento ainda maior do corte realizado em 2016, que ocasionou a demissão dos trabalhadores terceirizados entre outras mazelas. Estima-se para 2017, cortes nos

investimento de quase 50% e 20% no custeio. Isso significará cortes de bolsas para estudantes (os recursos da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) para estudantes de educação no campo foram simplesmente extintos pelo governo Temer) e mesmo os recursos do Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) destinados aos programas de permanência terão redução. Além do mais, haverá uma drástica redução dos recursos para o funcionamento cotidiano da instituição, com praticamente a abolição de rubricas como passagens e diárias e apoio a capacitação dos servidores da UFRB.

As atividades elementares como a compra de equipamentos e mesmo a manutenção dos já existentes, bem como a compra de insumos básicos como papel e material de consumo não estão garantidas. As pró-reitorias serão atingidas, como a suspensão de eventos e atividades. O funcionamento dos centros de ensino será seriamente comprometido, uma vez que o básico como a manutenção predial poderá não ter recursos suficientes. Além do mais, em 2017, O MEC não destinará mais nenhuma verba para a implementação de novos centros na UFRB, atingindo duramente os centros de ensinos novos como o CETENS e CECULT.

Precisamos construir um movimento unitário em defesa da UFRB

Será possível continuar realizando as atividades cotidianas como se nada estivesse acontecendo na instituição neste cenário? Quanto a isso a resposta é evidente não. Não obstante, mesmo aqueles que por qualquer motivo pretendem uma suposta neutralidade e mesmo pregarem que não gostam de “política” e são contrários a movimentos coletivos serão eles próprios prejudicados pelos cortes de verbas e pelos ataques do governo golpista. Por sinal, é importante ressaltar que mesmo havendo divergências de posições e opiniões sobre a UFRB, sobre a conjuntura política e sobre milhares de outras coisas, o que, diga-se de passagem, é perfeitamente compreensivo, ainda mais num ambiente universitário, o fundamental é a construção de um movimento unitário contra os ataques aos direitos e a universidade pública. Essa unidade não pode ser uma formalidade nem um mero ajuntamento, é preciso construir um movimento que articule uma profunda reflexão sobre o que realmente esta em jogo e, sobretudo, como construir ações efetivas em amplo movimento de frente única, envolvendo todos que estão dispostos a defender a UFRB, o que passa por um movimento enraizado pela base da comunidade universitária em mobilização conjunta com os trabalhadores e movimentos sociais do Recôncavo, isso em uma articulação nacional contra os ataques do governo golpista.



APUR
ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DO RECÔNCAVO

ASSEMBLEIA DA APUR



22/09, ÀS 9:00

LOCAL: AUDITÓRIO DA BIBLIOTECA

PAUTA

- 1. Situação Política e Cortes de verbas na UFRB**
- 2. PL 257/16 e PEC 241**
- 3. Condições de trabalho e pauta local dos centros.**



friedrich

Nietzsche e as Ciências Humanas

Antropologia, Política e História de um ponto de vista genealógico

Nietzsche e Clastres: Codificação, memória e coesão

Alex Leite (UNEB)

Nietzsche: Precursor da democracia radical?

André Itapanica (UFRB/GEN)

História e método: o caso da Genealogia da moral

Márcio Lima (UFSB/GEN/Editor Responsável dos *Cadernos Nietzsche*)

Comemorando os vinte anos do Grupo de Estudos Nietzsche (GEN-USP/Unifesp):

LANÇAMENTO DO DICIONÁRIO NIETZSCHE (EDIÇÕES LOYOLA)

LANÇAMENTO DOS CADERNOS NIETZSCHE Vol. 37, n.2

DATA: 13 DE SETEMBRO DE 2016

HORÁRIO: 19:00h

LOCAL: Auditório do Pavilhão Leite & Alves (CAHL/UFRB)

REENCÔNCAVO 2016